

Lutas Sociais e Políticas do Nosso Tempo



**Caderno
de debates**

4







Lutas Sociais e Políticas do Nosso Tempo



**Caderno
de debates**

4



Expediente

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

Presidenta

Luciana Krebs Genro

Vice-presidenta

Ana Paula Silva da Rocha

Diretor Administrativo-financeiro

Stenio Matheus de Moraes Lima

Diretora de Comunicação

Mariana Costa Riscali

Diretor de Relações Públicas e Institucionais

Daniel Moraes Angelim

Diretor de Estudos, Pesquisa e Formação

Francisco Josué Medeiros de Freitas

Diretor de Acervo Memorial e Bibliográfico

Henrique Iglecio Fernandes

Diretor de Relações Internacionais

Guilherme Prado Almeida de Souza

Conselho Curatorial da FLCMF

Titulares: Edson Miagusko, Agatha Cristie Silva, Alexandre Varela, Beatriz Tenore Blanco, Bia Borges Ferraro, Fábio Nogueira De Oliveira, José Luis De Sampaio Torres Fevereço, Maria Clara Melo Rodrigues, Maria Gracionice Barbosa Goncalves, Miguel Tadeu De Carvalho, Francisvaldo Mendes De Souza, Israel Pinto Dornelles Dutra, Marcus William Ronny Kollbrunner, Zaira Valeska Dantas Da Fonseca, Zeneide Nazare Lima Dos Santos

Suplentes: Carolyne De Souza Sobrinho, Gabriela Silva Gomes, Jose Carlos Miranda, Júlio César Araujo Das Neves, Mena Bianca Ferreira Paiva, Joyce Godinho Da Silva Martins, Kleber Rosa De Souza

Conselho Fiscal da FLCMF

Titulares: Etiene Bento dos Santos, Franklin Douglas Ferreira, Marília Freire da Silva, Leandro Fontes Coutinho, Ricardo Azevedo Néspoli.

Suplentes: Alessandra Luz Zilli, Lilian dos Santos Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Ferreira

Caderno de Debates Lutas Sociais e Políticas do Nosso Tempo

Organização
FLCMF e PSOL

Projeto Gráfico e Direção de Arte
Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão
Daniel Angelim

Diagramação
HPDesign

Revisão
Carolina Peters



Sumário

Das ruas às redes: como os movimentos sociais reinventam a política no Brasil de hoje Primavera Socialista • Ana Paula Rocha, Leonel Camasão e Nieve Pavani	08
O PSOL deve aprofundar seu programa de Reforma Agrária Popular Movimento Esquerda Socialista (MES) e Fortalecer o PSOL	14
O PSOL e a nossa conexão com as lutas deste tempo histórico Resistência, Insurgência e Subverta	20
As lutas sociais e a formação de um novo bloco histórico Revolução Solidária	26
Lutas sociais do nosso tempo: uma estratégia popular, democrática e rumo ao ecossocialismo Alicerce, APS, Centelhas, LSR, Insurgência Reconstrução Democrática e Rebelião Ecossocialista	34

Das ruas às redes: como os movimentos sociais reinventam a política no Brasil de hoje

PRIMAVERA SOCIALISTA

Ana Paula Rocha, Leonel Camasão e Nieve Pavani



No mesmo ano em que o PSOL obteve sua legalização perante a Justiça Eleitoral, uma simples cena de beijo entre dois homens era censurada em uma das principais novelas da Rede Globo, América. Apesar de terem sido gravadas, as imagens entre os atores Bruno Gagliasso e Erom Cordeiro nunca foram ao ar. Quem lê estas linhas talvez esteja se perguntando: o que isso tem a ver com as lutas sociais do nosso tempo?

Nesse “longínquo” 2005, o mundo era outro. Não havia ascensão da extrema direita à vista, as pautas chamadas “identitárias” não estavam no centro do debate público e Geraldo Alckmin era um dos principais rivais do presidente Lula e do PT. Bolsonaro era apenas um paspalho do baixo-cleto no Congresso Nacional e ninguém

jamais poderia prever sua ascensão como líder do neofascismo brasileiro.

A primeira chave explicativa para entendermos as lutas sociais de nosso tempo passa pela profunda transformação que a humanidade atravessou e atravessa na forma de se comunicar entre si, seja no âmbito público ou privado. O todo-poderoso oligopólio midiático brasileiro, reduzido a seis famílias e seus sistemas de jornais, rádios e emissoras de TV, perdeu grande espaço para as mídias digitais e para um oligopólio de novo tipo, de caráter imperialista, mundial, que permitiu, pela primeira vez, que cidadãos comuns e organizações sem acesso à mídia nacional (sem poder falar) se tornassem players no debate público.

Precisamos entender os sistemas midiáticos como mediadores do debate público, ou daquilo que podemos

chamar de “esfera pública”. Antes de 2005, agentes políticos, empresários, sindicalistas e todas as pessoas que desejassem influenciar e disputar a sociedade precisavam recorrer, invariavelmente, à mídia tradicional ou seus simulacros. Os movimentos populares construíram, de alguma forma, a “sua” imprensa, mas sem jamais poder se abster da mídia mercadológica. Tínhamos uma comunicação de poucos para muitos, onde os oligopólios nacionais eram os mediadores do que cabia e do que não cabia na esfera pública.

É nesse mundo de 2005 que um beijo gay não cabe em uma novela, que uma atriz indígena é usada para fazer humor racista com uma dentadura horrível nos lábios, que mulheres e negros são representados quase sempre em situação de escravidão em novelas, e que as pautas progressistas não encontram espaço nos telejornais. Num mundo onde poucos (oligopólios) mediavam quais conteúdos seriam veiculados às massas em termos de informação e produtos culturais, a busca incessante dos editores (corpo técnico de profissionais homens, brancos, heterossexuais, de classe média) determinava o que se podia considerar adequado, engraçado ou relevante. Ao mesmo tempo, as programações de rádio e TV, assim como os cadernos de jornais impressos, buscavam uma “totalidade” a partir dessa perspectiva masculina: da política às novelas, do esporte aos cadernos culturais, do

noticiário econômico às pautas de serviço, os produtos midiáticos miravam uma audiência ampla, genérica e amorfa. Portanto, o tom dos mediadores buscava reproduzir discursos “centristas”, “técnicos”, excluindo do debate público tudo aquilo que pudesse ser considerado “extremista” ou “radical”.

Neste novo mundo, a realidade é outra: são os oligopólios internacionais que concentram o poder da mediação, num sistema de comunicação de “todos para todos” ou, pelo menos, de todos que têm acesso à internet e capacidade de gerar conteúdos. Assim, em que pese existirem ainda diferenças regionais ou de acesso às novas tecnologias, o fato é que, virtualmente, qualquer pessoa com um smartphone e acesso à internet se torna uma voz em potencial. A lógica da viralização, dos conteúdos desenhados para causar fortes emoções (medo, ternura, ódio, indignação) colocou no centro do debate tudo aquilo considerado “extremo” para a mídia tradicional. As pautas “morais” ou “identitárias” moveram e movem as redes sociais e, por consequência, o debate público neste novo ecossistema midiático.

Erroneamente, marxistas ortodoxos atribuem aos “movimentos identitários” a ruína da “verdadeira pauta da luta de classes”, construída historicamente por aqueles que tiveram acesso ao trabalho assalariado primeiro (homens). Outros ainda atribuem a ascensão do neofascismo a

uma suposta resposta às pautas identitárias. Não conseguem perceber que é a mudança profunda e estrutural nos sistemas midiáticos que tornaram os discursos periféricos, centrais. Ao mesmo tempo que as novas mídias deram voz e permitiram o encontro, a comunicação, a formação e a troca entre movimentos feministas, antirracistas, indígenas, LGBTIA+, ambientalistas etc., elas também permitem o encontro entre neonazistas, monarquistas, supremacistas brancos, negacionistas, terraplanistas e toda a sorte de movimentos antidemocráticos de caráter neofacista.

Paralelamente, as mudanças profundas nas formas de comunicação foram acompanhadas no Brasil pelo aprofundamento do projeto neoliberal de destruição das formas tradicionais de trabalho e do modelo fordista como principal meio de organização produtiva. O movimento sindical, que sacudiu o Brasil nos anos 1980 e gerou Lula como a maior liderança política da América Latina, foi a resposta da classe trabalhadora ao conflito capital x trabalho em um país de produção majoritariamente fordista. Com a total desestruturação do mundo do trabalho, as terceirizações, pejetizações e outras formas de precarização introduzidas nos últimos 20 anos, o mundo sindical – principal força motriz das esquerdas – se encontra hoje em ruínas, com pouquíssima capacidade de pautar o debate público e mobilizar as massas.

É nesse contexto que a noção de “esfera pública” deve ocupar papel central no debate estratégico das esquerdas. Para o PSOL, essa caracterização ganha outros contornos quando reconstruímos um quadro em que narrativas políticas e mecanismos de disputa por maioria na sociedade estão simbioticamente conectados, seja em estrutura de funcionamento, seja em fluxos de (re)construção de vocabulários de luta para as novas gerações de ativismos – e que, não por acaso, constituem grande centro de base eleitoral e social das posições historicamente veiculadas por nosso partido.

Ampliar nosso interesse pela dimensão comunicativa dos novos ambientes de articulação política das demandas sociais mais atuais fará com que o PSOL desponte no debate e formulação sobre o perfil e tendências gerais que indicam novas formas de organizar as lutas sociais no século XXI, e com mais substância crítica e propositiva; orientando a atuação partidária no sentido de separar pautas de dispositivos de luta, e situando-os de modo mais consistente no recorte histórico atual.

Esmiuçando possíveis separações metodológicas, abrimos oxigênio para caracterizar um fenômeno geral do debate público, que vem sendo progressivamente turvado por uma dinâmica de arenização que contrasta com a expectativa de uma esfera democrática de debate público. Interligando o fenômeno político das

ampliações das narrativas tanto na chave da radicalidade democrática quanto da exacerbação conservadora, se torna evidente o caráter “final” de construção de maiorias sociais ideológico-discursivas em plataformas e redes sociais, que implementam uma “arena pública” que dissimula as regras do jogo: embora a mediação seja alargada e plástica à experiência de novas formas de politização, é controlada pela lógica algorítmica, sendo esta completamente contingenciada pela dinâmica capitalista do financiamento e da própria matriz ideológica dos desenvolvedores das plataformas – os novos bilionários emergentes do mercado da tecnologia nas últimas décadas e, simultaneamente, expoentes da extrema direita.

Em outras palavras, as novas mídias permitiram que outros interesses, narrativas e leituras da realidade – antes marginalizados – ocupassem o espaço público. Ao mesmo tempo, o movimento sindical seguia (e segue) perdendo espaço, seja pela sua baixa renovação, seja pela desestruturação do trabalho formal, ou ainda pelo fim de sua principal fonte de financiamento (o chamado “imposto sindical”).

Esta é uma caracterização inicial do “nosso tempo”, onde setores historicamente marginalizados, excluídos, humilhados e assassinados encontraram formas de pautar seus interesses na sociedade. Setores estes que também passaram a compor a classe trabalhadora ao longo do século XX,

com a incorporação das mulheres, dos descendentes de escravizados e da comunidade LGBTIA+ ao mercado de trabalho.

Em síntese, quatro ideias são centrais para elaborarmos um programa capaz de dar conta das tarefas do nosso tempo.

1. O ideal clássico de “operário” e “classe trabalhadora” é uma fantasia do passado, representativa de uma identidade masculina e da ideia de Estado de bem-estar social que, por sua vez, foi aniquilado nas últimas duas décadas pela hegemonia do neoliberalismo e suas consequências mórbidas sobre as dimensões econômica, política e cultural. A classe real é diversa, multifacetada em gênero, orientação sexual, raça e condições de trabalho, abarcando distintas realidades (serviço público, CLT, pejotização, uberização, pequeno empreendedor).

2. A disputa política hoje tem como principal território as redes sociais. É por meio das redes, com todos os seus problemas e contradições, que temos a melhor oportunidade de dar vazão às nossas posições, valores, discursos e projetos de sociedade. Estes ideais precisam ser disruptivos com a ordem, ao mesmo tempo em que são concretos e resolvem problemas reais da classe (por exemplo, fim da escala 6x1, isenção do IR etc.). Enfrentar uma nova caracterização da gramática do debate público é, também, se

debruçar sobre uma profunda atualização de vocabulário e métodos de enfrentamento do discurso no ambiente político.

3. Nosso campo está muito atrasado nessa intervenção político-midiática. Em que pese algumas figuras do PSOL serem exemplares nessa disputa, o fato é que as esquerdas enquanto campo se comunicam muito mal. Precisamos nos “alfabetizar” nas linguagens e formatos de comunicação política deste século, do contrário, seremos superados.

4. No campo da disputa de ideias, a extrema direita tem direcionado parte significativa de seu antagonismo contra políticas de inclusão, atualizando um viés discriminatório constitutivo do conservadorismo contra a dimensão de gênero, orientação sexual, além da renovação de práticas simbólicas e materiais de racismo contra pessoas racializadas, com peso determinante sobre a questão da negritude. Importante destacar que essa disputa se estabelece de modo igualmente brutal nas políticas de Estado contra mulheres, LGBTIA+ e negritude, o que finca mais um elo central entre as lutas sociais contemporâneas e o enfrentamento à extrema direita.

Em síntese, encontrar novas linhas de conexão entre os instrumentos históricos e institucionais da disputa política e a nova condição da comunicação no atual quadro histórico exige,

de modo incontornável, um profundo exercício de tradução e criatividade militante – há de se moldar um tipo novo em regras e palavras, de modo que essa inauguração da linguagem política nos possibilite alcançar neologismos que produzam novos sonhos e novas ferramentas para vitórias sociais amplas.

Atualizando nossa concepção sobre os sentidos de um projeto de emancipação coletiva plena e total da classe trabalhadora, procuramos elencar tarefas e tratá-las como prioritárias, tanto para não ceder à pasteurização de um universalismo da categoria de classe (que pouco explica o tecido social de nosso país) quanto para disputar, como quem entende a missão de nossa época, a perspectiva de centralidade no posicionamento da condição estrutural e revolucionária dos enfrentamentos que os movimentos sociais contemporâneos têm apresentado ao conjunto da esquerda – ainda que, reiteradamente, tenhamos que retomar sua análise diagnóstica para permanentemente localizar limites e contradições. O que priorizamos aqui é, antes disso, dar centro ao potencial de emancipação que todas essas atualizações de tendências têm nos apresentado.

Por isso, enfatizamos que um projeto socialista possível para este século nos parece residir na sintonia entre passos de ontem e os caminhos que se abriram diante de nós; na preservação irreduzível de um projeto internacional socialista, conectado de modo

orgânico e interessado com a construção de plataformas de esperança, colocando na ordem do dia a disputada por uma nova hegemonia. ■

• **Ana Paula Rocha** é mulher negra, vereadora de Vitória, vice-presidente da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, e professora há mais de 20 anos. Historiadora formada pela UFES e especialista em Promoção da Igualdade Racial.

• **Leonel Camasão** é mestre em Jornalismo (UFSC), comunicador e ativista de direitos humanos. Atualmente, exerce o primeiro mandato como vereador em Florianópolis.

• **Niege Pavani** é militante e pesquisadora feminista. É membra da Executiva Nacional da Setorial de Mulheres do PSOL, atua na Frente Estadual pela Legalização do Aborto de São Paulo e na Rede Própolis de Pesquisadoras das Mulheres em Lutas (MEL). Também desenvolve pesquisa de doutorado na área de teoria crítica e teoria feminista na Unicamp.

O PSOL deve aprofundar seu programa de Reforma Agrária Popular

Movimento Esquerda Socialista (MES) e Fortalecer o PSOL



Aproveitando o processo de atualização do programa do PSOL, um momento importante que marca os 21 anos da fundação e 20 anos da legalização, o partido deve aprofundar suas propostas para a reforma agrária.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 186, estabelece que é de responsabilidade da União desapropriar por interesse social as propriedades rurais que não cumprem sua função social. A luta pelo cumprimento da função social é fundamental.

Cada vez mais, a luta pela reforma agrária se manifesta como um enfrentamento direto ao capital, materializado nas grandes empresas transnacionais do agronegócio. Essas companhias são responsáveis pela produção de agrotóxicos e se-

mentes transgênicas. A expansão da fronteira agrícola também contribui para o desmatamento e com as queimadas, contribuindo para a degradação do meio ambiente e com a crise climática. Além disso, o agro-negócio vem se constituindo como base de apoio e financiador da extrema direita brasileira.

O PSOL sempre esteve ao lado dos movimentos do campo em luta pela reforma agrária e contra a criminalização dos movimentos sociais. Plínio de Arruda Sampaio, candidato do partido à Presidência da República em 2010, tinha relação orgânica com essa pauta, e se dedicou a ela até o final de sua vida. Ele foi o relator do projeto de reforma agrária que integrava as reformas de base do governo João Goulart, e também foi responsável por formular o 2º

Plano Nacional de Reforma Agrária, durante o primeiro governo Lula, que infelizmente pouco saiu do papel.

A seguir, seguem pontos desse programa, conforme o “Programa de Reforma Agrária Popular” do MST.

Uma Reforma Agrária Popular

A Reforma Agrária Popular busca ser portadora de uma revolução cultural no campo e de um outro projeto de desenvolvimento para o país. Compreende que a construção desse projeto é fruto das lutas históricas e da diversidade dos povos do campo, florestas e águas, das populações urbanas e do potencial de luta e resistência que está contido na vida desses sujeitos.

Nosso programa busca mudanças estruturais na forma de se relacionar com os bens da natureza, na organização da produção, nas relações sociais no campo, além de acumular para a construção da luta pelo Socialismo. Nesse sentido, propõe:

- O enfrentamento e superação das mazelas estruturais criadas pelo capitalismo e aprofundadas pelo racismo e pelo patriarcado, que penalizam o povo brasileiro;
- O enfrentamento à propriedade privada, à concentração da terra e à desigualdade social;
- A defesa da agroecologia como matriz tecnológica e modo de vida para produção de alimentos saudáveis, e atividade central dos po-

vos do campo, águas e florestas;

- A construção de um plano de reindustrialização do país articulado a partir da agricultura camponesa e familiar e das necessidades do povo brasileiro;
- O acesso à ciência e às tecnologias, que assegurem o desenvolvimento com justiça social e ambiental;
- O enfrentamento às diferentes formas de violência na construção de relações humanas emancipadas, ampliando a participação das mulheres, dos sujeitos LGBTI+ e da juventude;
- A defesa e o cuidado da natureza e seus povos;
- O desenvolvimento econômico e cultural para as populações, transformando as comunidades camponesas em um lugar bom de se viver;
- O aperfeiçoamento e o fortalecimento dos mecanismos de democracia e participação popular no destino do país;
- A construção de um projeto de desenvolvimento a partir da diversidade e potencialidades da nossa formação territorial, econômica, social e cultural, centrado na Justiça Social e Soberania Nacional e Popular.

A Reforma Agrária é uma condição para a ampliação e consolidação da democracia no país. É um processo de acúmulo de forças e, ao mesmo tempo, contribui na construção de um Brasil socialmente justo, democrático, soberano e popular.

Pilares de uma Reforma Agrária Popular

Nosso projeto de mudanças na agricultura brasileira, chamado de Reforma Agrária Popular, que atende às necessidades de todo o povo, é como a construção de uma casa. Ela precisa estar baseada em pilares, que sustentam as propostas gerais de mudanças.

Essa construção carece de luta de massas, envolvendo toda a classe trabalhadora. Para tanto, precisamos fortalecer a unidade nas bandeiras de luta, desde os nossos territórios e em aliança com os povos em todo o mundo.

Assim, é tarefa fundamental contribuir e ampliar os processos organizativos, de formação e recolocar a projeção do horizonte revolucionário.

Ao mesmo tempo, devemos fortalecer os nossos territórios, através de nossa práxis, de forma que sejamos portadoras e portadores de um outro projeto de agricultura e sociabilidade, com justiça ambiental e social.

Reunimos aqui os principais pilares que sustentam esse projeto:

1. Luta pela terra e território

Precisa atender a todos os povos que quiserem trabalhar na terra e viver no campo. Os acampamentos e assentamentos precisam ser territórios livres de exploração, violência, dominação e injustiças, controlados pelo povo, onde todas e todos tenham uma vida boa e saudável.

2. Defesa da natureza

Todas as formas de vida estão em risco no nosso planeta, tamanhas as agressões, crimes e destruições cometidos pelo capital contra a natureza. Somos parte da natureza e, por essa razão, cuidar da biodiversidade e das águas torna-se um compromisso cada vez mais urgente e necessário.

3. Produção de alimentos saudáveis

Produzir alimentos para nosso povo, comunidade, região e para toda população brasileira, inclusive para quem mora na cidade. Para produzir alimentos saudáveis precisamos praticar uma agricultura diversa, combater os agrotóxicos e massificar a agroecologia.

A massificação da produção agroecológica depende de conquistarmos terra, produzirmos sementes diversas, fertilizantes orgânicos, defensivos biológicos, tecnologias agrícolas adaptadas para a agroecologia, tendo em vista os diferentes biomas, e usarmos uma matriz energética diversa, ambientalmente adequada e socialmente justa.

4. Plantio permanente de árvores

Na construção de uma cultura política ambiental e agroecológica para as áreas de reforma agrária, o plantio de árvores é um pilar fundamental na prática da Reforma Agrária Popular em todos os biomas. Ele está vinculado à diversidade da produção de alimentos saudáveis, ao planejamento estratégico a longo prazo, à recuperação,

conservação e cuidado com os bens comuns da natureza – água, solos, minérios, sementes e biodiversidade.

5. Mecanização da agricultura camponesa e familiar

A mecanização da agricultura camponesa e familiar é central para conseguirmos reduzir a penosidade do trabalho agrícola; elevar a produtividade geral na produção de alimentos; ampliar a renda e as formas de trabalho no campo; bem como contribuir para o controle da inflação e dos preços dos alimentos.

É fundamental para a qualidade de vida no campo, mantendo o interesse dos jovens no trabalho agrícola e diminuindo a carga de trabalho das mulheres que, além do trabalho nas lavouras, são quase que inteiramente responsáveis pelas tarefas dos cuidados e da reprodução da vida.

Além disso, é uma necessidade para massificar a agroecologia, que precisa enfrentar os desafios de ter suas próprias fábricas de fertilizantes orgânicos e defensivos biológicos; produzir sementes; dominar tecnologias de energias ambientalmente e socialmente justas; além de ampliar a agroindustrialização para beneficiar os alimentos de forma saudável e conservá-los para as populações que vivem nas cidades.

6. Cooperação

A cooperação é um instrumento revolucionário de luta e resistência, que visa contribuir no enfrentamento ao avan-

ço do capital, combatendo a ideologia do individualismo e da meritocracia, à luz dos princípios, valores e do processo histórico desenvolvidos pelo MST.

Na Reforma Agrária Popular o processo de cooperação deve ser construído em nossos territórios desde a ocupação, sendo a principal forma de organização do trabalho, da produção e da nossa relação com a natureza. É preciso desenvolver, junto às estratégias de cooperação, estruturas que garantam condições de participação igualitária das mulheres e da juventude, especialmente no que se refere ao trabalho reprodutivo, como o cuidado com as crianças, idosos e o trabalho doméstico.

O acesso às diversas políticas públicas deve construir estratégias de autonomia e emancipação de nosso povo, ampliando as agroindústrias e outras formas de cooperação, inclusive, para viabilizar mais tempo de lazer, cultura e desenvolvimento das potencialidades dos povos do campo, águas e florestas. Além disso, é uma forma de fortalecermos nossas relações e unidade entre os povos, com ações de solidariedade também no trabalho urbano e internacionalista.

7. Energia e mineração

Disputar outra forma de relação entre ser humano e natureza passa pelo debate estratégico do modelo energético e de mineração do país, que incide diretamente na construção da soberania nacional popular, bem como na utilização do desenvolvimento

tecnológico articulado a um plano de reindustrialização para o atendimento das necessidades humanas.

Nossa proposta de Reforma Agrária Popular defende o acesso e desenvolvimento de tecnologias que permitam a produção de energia, em escala descentralizada, a serviço das comunidades, optando por formas ambiental e socialmente justas, que não destruam a natureza e os seus povos. Defendemos ainda um outro modelo de mineração, que tenha como base a conservação e reprodução da vida das populações e da natureza. O subsolo e os bens minerais não devem ser cedidos a empresas estrangeiras, a mineração deve ser exercida preferencialmente por empresa estatal e para suprir as necessidades básicas da população brasileira em primeiro lugar.

8. Educação e escola

O acesso à educação, direito universal do ser humano, é uma das condições basilares para a construção da Reforma Agrária Popular. Por esse motivo, lutamos pela garantia da educação pública ofertada onde vivemos, livre da tutela política e pedagógica do Estado. Defendemos uma educação emancipadora, vinculada à vida social, fundada na Pedagogia do Movimento, no trabalho socialmente útil, na agroecologia, na luta, na organização coletiva, na cultura, na história, articulada ao acesso à ciência e tecnologia, às artes e aos bens culturais.

O desenvolvimento de crianças, jovens, adultos e idosos, em todas as dimensões humanas e da vida, é parte fundamental da continuidade da luta coletiva por uma nova sociedade alicerçada nos valores humanistas e socialistas que defendemos.

9. Saúde

Saúde é a capacidade de lutar contra tudo aquilo que nos oprime. A Reforma Agrária Popular compreende que a nossa saúde deve ser integral e conquistada como um direito, que está diretamente relacionado às nossas condições de dignidade humana. Enquanto prática transversal à nossa cultura política, a saúde e o cuidado estão relacionados à luta por territórios e povos livres das violências e das dependências, seja dos medicamentos, seja dos agrotóxicos e das formas sociais capitalistas que adoecem a humanidade.

Defendemos, também, que a saúde e o bem-estar abrangem a produção de cuidados, a partir do trabalho coletivo, organização das práticas e saberes ancestrais integrados aos sujeitos e territórios, combinados à apropriação das ferramentas científicas. Saúde não pode ser entendida apenas como cura de enfermidades, mas sim como promoção, prevenção, atenção e vigilância popular. Assim, os cuidados coletivos e individuais integram as diversas dimensões da vida nos territórios (esporte, lazer, arte, infraestrutura, equipamentos

públicos), que se constituem numa cultura saudável, viva e libertadora.

10. Cultura e arte

A luta pela terra é matriz formadora da cultura política do MST e semeia um projeto emancipatório capaz de experimentar no presente as nossas diretrizes de um modo de vida onde o ser humano, a natureza e o trabalho se cultivam numa perspectiva coletiva e revolucionária. A cultura é a forma como organizamos a nossa vida e a nossa sociabilidade, e é na luta pela existência e resistência que fincamos raízes na construção e disputa da nova sociedade.

Uma importante dimensão da cultura, como âmbito formativo dos sentidos e da consciência, é a arte. A arte tem potencial de redimensionar, criativa e sensivelmente, a forma pela qual fazemos a luta. Cultiva nossa humanidade e, por isso, é um direito inalienável de todas e todos nós.

A Reforma Agrária Popular deve projetar, permanentemente, a massificação da fruição e da formação artística. É também através dessa dimensão sensível, que podemos realizar em nossos territórios, e no conjunto da sociedade, a disputa pelas ideias, visão de mundo, afetos e valores, confrontando o imaginário violento do agronegócio.

11. Solidariedade

A solidariedade é uma das marcas mais importantes de toda a caminhada histórica da classe trabalhadora e de suas organizações. O momento

histórico que vivemos exige que sejamos cada vez mais solidários, como parte de nossa práxis, e não abramos mão da capacidade de nos indignar, como valor. Nunca podemos ser indiferentes em relação ao sofrimento humano imposto pela crise civilizatória que atravessamos. A solidariedade é a forma de vivenciar a nova sociedade que estamos construindo.

Todas as medidas do programa, distribuídas em 11 eixos, podem ser conferidas no “Programa de Reforma Agrária Popular”:

1. Democratizar a terra a todos e todas que querem trabalhar e viver no campo;
2. As sementes e mudas são a base de toda agricultura;
3. Água: um alimento da natureza em benefício de todas as pessoas;
4. A organização da produção de alimentos;
5. Energia e Mineração: desenvolver matriz energética diversificada e uso dos minérios a serviço do povo;
6. Agroecologia e Mecanização: massificar enquanto estratégia para a produção agrícola brasileira;
7. A política agrícola: o Estado a serviço das necessidades do povo;
8. Educação do Campo;
9. Cultura e Arte do Campo;
10. Saúde, bem-estar e qualidade de vida;
11. Assentamentos e comunidades camponesas como um dos espaços da Reforma Agrária Popular. ■

Resistência, Insurgência e Subverta



A importância estratégica da luta antifascista

Em um contexto de crise multifacetada do capitalismo, as disputas por alternativa se acirraram, especialmente no andar de cima, em termos do político, econômico, social, ambiental e geopolítico. Imediatamente após o estouro da crise de 2008, um ciclo mais favorável às esquerdas foi aberto com as revoltas no mundo árabe de 2011. Protestos em diferentes países – inclusive em junho de 2013 no Brasil – reforçaram uma agenda de luta contra o neoliberalismo, especialmente contra as políticas de austeridade, por democracia real e com a entrada em cena de uma juventude com trabalhos precários. Mas, desde 2015, a situação política a nível global e no Brasil começa a mudar em sentido oposto.

A última década foi marcada pela ascensão meteórica da extrema direita em diferentes países. Os primeiros sinais surgiram com os retrocessos no mundo árabe, os golpes parlamentares na América Latina, o Brexit e a primeira eleição de Trump. Hoje a esquerda socialista não está mais autorizada a falar que tais lideranças são meros outsiders, ou que se trata de um fenômeno circunstancial. No caso brasileiro, a reorganização no campo das direitas foi “de massas” e o centro liberal foi questionado pelo dinamismo da ala bolsonarista.

Por isso, as principais lutas sociais e políticas atuais são atravessadas por esse novo fato político e social. Desde as manifestações verde-amarelas a favor do golpe contra Dilma Rousseff, passando por dezenas de protestos convocados pelo bolsonarismo, ficou evidente que as ruas não

são mais um patrimônio exclusivo das esquerdas.

Tendo isso em vista, as resistências à nova ofensiva precisam ser valorizadas. Foi assim em 2017, nos Estados Unidos, com a luta das mulheres contra Trump, e em 2018, no Brasil, com o #EleNão. Em 2019, uma “onda verde” tomou conta da Argentina e do Chile. Durante a pandemia, a resistência foi inaugurada pelo movimento Black Lives Matter. Marchas, ocupações e greves – até greves gerais, como a que fizemos em 2017 no Brasil – continuaram a acontecer. Tem sido fundamental, nesse sentido, o papel da Frente Povo Sem Medo e sua articulação com a Frente Brasil Popular. Mas ainda não tivemos força suficiente para produzir a necessária derrota histórica da extrema direita e colocar seu projeto em xeque.

Por isso, a luta antifascista segue como uma necessidade nas ruas, nas eleições e na batalha ideológica. O principal inimigo da classe trabalhadora hoje apresenta um projeto de poder e faz a disputa por dentro e por fora do regime liberal. Não é só a “velha política conservadora” que sempre existiu, nem uma reação meramente “natural” a um capitalismo em crise. Tampouco é só um instrumento para a guerra cultural do século XXI. É uma combinação de muitos fatores, com semelhanças e diferenças em relação ao fascismo histórico.

Dizer que os governos de centro e de esquerda que aplicaram políticas

neoliberais têm responsabilidade em construir um ambiente de frustração onde o inimigo neofascista cresceu é verdade, mas o debate precisa alcançar também as profundas transformações em curso no terreno objetivo e subjetivo. Socialmente, a classe trabalhadora é um gigante, mas do ponto de vista da sua constituição como sujeito político capaz de agir coletivamente conforme seus interesses, há uma crise da identidade, das organizações, do imaginário e da consciência.

Dizer que nem todos os que votam em figuras como Bolsonaro são fascistas é óbvio, mas insuficiente. No confronto político, minorias leais, mobilizadas e coesas ideologicamente possuem força de arrasto para deslocar o debate e impor uma ofensiva. Essa é a razão de fundo para a guinada do centrão no Brasil ainda mais à direita, incorporando, em muitos momentos, a agenda diretamente bolsonarista.

Ser socialista no século XXI é ser profundamente antifascista. A existência de uma situação defensiva não é uma questão de escolha, mas podemos decidir como enfrentá-la. Para isso, evitar os erros já testados perante o fascismo histórico é chave. O primeiro erro é o da subestimação, seja pela indiferença sectária, pela fé cega nas instituições liberais ou por apostar que estamos diante de fenômenos meramente eleitorais (a depender da situação, surge a aposta

de que a crise poderia até favorecer a eleição da esquerda...). Mas, como no século passado, a extrema direita não surge sem um processo de desgaste da democracia. Sem subestimá-la, na política concreta é importante construir matizes. Lutar pelo “sem anistia” é fundamental. Achar que a luta contra a extrema direita se encerra caso o STF coloque Bolsonaro na prisão é tolice. Tanto quanto é tolo achar que, diante dos ataques às instituições da democracia liberal, temos que nos silenciar, por sermos antissistema de esquerda...

O segundo erro é a repetição da famosa política do “terceiro período” da Internacional Comunista, quando se optou, já com Adolf Hitler nomeado chanceler do Reich, por convocar o combate aos “social-fascistas”, e os sociais-democratas foram confundidos pelos comunistas alemães como o principal inimigo. Com a classe trabalhadora dividida, o fascismo tomou o poder. Há muitas variações perigosas da aplicação desse erro na atualidade, mas a resultante política costuma ser a indiferença com as táticas de unidade.

E não estamos num período qualquer, pois, no nosso tempo, a ascensão de Trump para um novo mandato com uma agressiva política neofascista no principal imperialismo do planeta agrava sobremaneira a situação, colocando a necessidade da política da frente única ao lado de amplas unidades de ação anti-impe-

rialistas e internacionalistas como principal caminho para resistir e acumular forças para derrotar um neofascismo conduzindo a principal potência do planeta.

Esse deve ser o caminho do PSOL. Conscientes do perigo que representa a ofensiva neofascista e imperialista, a combinação das táticas de unidade de ação para impor um cordão sanitário que barre esse avanço e a defesa da Frente Única da classe trabalhadora são muito importantes. Evidentemente, a unidade caminha junto com a nossa disputa de projeto e não pode significar uma diluição no centro liberal. No embate com a extrema direita, as ideias importam muito. Afinal, uma das suas características é seu posicionamento firme na luta ideológica, a busca por oferecer respostas aos grandes temas da humanidade e por inovar na comunicação de massa. Deixar de se colocar com firmeza na luta ideológica pode ser tão danoso quanto ignorar a necessidade da unidade nesse enfrentamento.

A luta contra a fragmentação e a reconstrução dos laços de solidariedade

A luta pelo poder no século XXI é também a luta para que a classe trabalhadora, diversa e plural, volte a encontrar sentido de unidade, a acreditar que seu destino depende da sua ação coletiva como classe – e não da infundável competição de todos contra

todos na busca por saídas individuais. Se é verdade que a classe trabalhadora nunca foi totalmente homogênea, frente ao grau de fragmentação do século XXI, nossa tarefa subjetiva é enorme. Portanto, é preciso reconhecer que mais do que somente coordenar as lutas que efetivamente existem, nossa tarefa é anterior: atuar pela reconstituição da classe trabalhadora como sujeito consciente.

Mas o nosso pressuposto metodológico de totalidade não pode ignorar que, na articulação de uma visão unitária da realidade, há sempre uma rica, complexa e contraditória rede de relações. Justamente para buscar unidade na diversidade, o PSOL não deve prescindir de uma visão que articula produção e reprodução social, que vincula a exploração do trabalho e as opressões em uma totalidade articulada e contraditória que estrutura o capitalismo contemporâneo. Não se combate o erro do “particularismo” das identidades – o círculo infinito e narcisista das explicações e soluções individuais para as opressões – com outro erro, que é o da separação artificial entre classe e identidade, como se existisse um suposto proletariado universal, sem cor, gênero, sexualidade e CEP. O PSOL tem um papel na construção das lutas feministas, antirracistas e LGBTI+ como movimentos legítimos da classe trabalhadora.

Nesse sentido, devemos refutar o caminho de uma suposta universalidade que segmenta o “mundo do tra-

balho” das dimensões mais amplas da reprodução geral do capital que se expressam nas condições de vida da classe trabalhadora – todos esses terrenos onde há confronto com os interesses do capital e onde se pode produzir, portanto, lutas de classes a partir de conflitos diversos, distributivos, urbanos, rurais, de gênero, raça e sexualidade etc.

Além disso, pistas importantes surgiram nos últimos anos. Durante a pandemia e os eventos climáticos extremos (mas não só), uma das nossas maiores defesas tem sido a solidariedade ativa, com campanhas diversas: da entrega de absorventes às mulheres mais pobres, passando pelos cursinhos populares e a criação das cozinhas solidárias e centros de cultura nas periferias. O fato de que a extrema direita no século XXI abdica do discurso dos pobres contra ricos (como foi feito de forma oportunista pelo fascismo histórico) também é uma pista no sentido de que podemos ocupar esse espaço político e simbólico. A construção do plebiscito popular nesse momento é uma importante ferramenta para visibilizar as principais bandeiras da classe trabalhadora que estão em debate na sociedade: contra a escala 6x1 e por justiça tributária.

Ainda, a crise da globalização e o acirramento da disputa geopolítica não são elementos secundários. As lutas anti-imperialistas são cada vez mais necessárias nesse contexto. Em muitos países, as principais mobili-

zações recentes foram pela solidariedade ao povo palestino, e a luta por soberania nacional foi reacendida no Brasil, sendo um elemento importante da manifestação no último dia 10 de julho de 2025. Fortalecer nossa intervenção anti-imperialista por essas duas chaves principais segue sendo importante.

Seguindo essa trilha, é também decisivo desmistificar o antagonismo entre partido, sindicatos e os “novos movimentos sociais”. Seja no estudo das lutas sociais na América Latina ou pela ampliação da vaga de protestos nos anos 1960 nos Estados Unidos e Europa, em muitos momentos, foi acionada teoricamente a ideia de que “novos movimentos sociais” surgem e passam a questionar a validade da luta entre classes. Vêm desse meio de cultura as ideias do “fim” da sociedade do trabalho, das classes e da história que, evidentemente, precisamos combater.

Para “voltar a falar com a classe trabalhadora”, expressão muito utilizada nos debates entre as esquerdas, nossa geração precisará de muita criatividade e experimentação para encontrar as nossas formas de diálogo e organização quando centenas de milhões de pessoas que sobrevivem do trabalho ocupam postos informais, precários e “flexíveis”; há menos direitos, mais solidão e adoecimento mental e físico, jornadas longas, frustração, ressentimentos e insegurança.

A importância de construir alianças do partido com os movimentos sociais

O debate sobre o papel e a relação do partido com os movimentos sociais acompanha a história do movimento proletário desde os primeiros choques com a nascente ordem capitalista industrial. Mas enquanto na segunda metade do século XIX o movimento operário foi o motor principal para o surgimento dos partidos socialistas, comunistas e social-democratas na Europa, fora dos centros imperialistas, onde a industrialização foi tardia, a base social das lutas das classes populares foi costumeiramente mais heterogênea. Essa é uma das razões que explicam uma maior diversidade nas experiências latino-americanas do século XX, muitas vezes com um esfumaçamento das fronteiras entre partidos e movimentos.

Coube a Lênin, de forma original para seu tempo, defender a ideia de que a política possui uma gramática própria, sendo esse um dos fundamentos da necessidade do partido como ferramenta de luta pelo poder, como o instrumento capaz de oferecer uma síntese para as lutas sociais, no sentido da sua articulação em nível estratégico. Com isso, não se quer dizer que a luta política se resume ao âmbito dos partidos. Pelo contrário, não devemos desconsiderar que as lutas econômicas podem ser um meio de formação de

sujeitos políticos. Aprender que é possível obter conquistas materiais por meio das suas próprias forças e na ação concreta é muito importante. Mas as lições de Lênin nos ajudam a elucidar que há uma linha que diferencia a ação meramente reivindicativa da luta política pelo poder. Isso é importante para evitar tanto a redução do nosso horizonte estratégico quanto as pressões objetivistas – como se todas as mobilizações que envolvem a classe trabalhadora fossem “naturalmente” revolucionárias. As lutas sociais carregam contradições, há avanços e recuos na consciência, vitórias e derrotas ideológicas, nem de longe nosso percurso é uma linha reta.

Além disso, um partido da classe trabalhadora não alcança força suficiente para disputar o poder se não tiver laços profundos com as lutas sociais de seu tempo histórico. O próprio surgimento do PT não se explica fora do ascenso de greves iniciado em 1978 no ABC Paulista, e o PSOL alcançou outro patamar depois de estabelecer um laço com o MTST.

O desafio nesse caminho é enorme, mas não começamos do zero. O PSOL carrega em seu DNA os aprendizados acumulados pela esquerda brasileira de forma mais ampla. Nosso partido é plural e reúne diferentes gerações e tradições políticas, o que facilita o encontro entre aqueles que enfrentaram a ditadura militar, que participaram da re-

construção da UNE e que viveram o poderoso ciclo de greves nos anos 1980 até os mais jovens.

Deve ser motivo de orgulho que o coletivo VAT tenha elegido uma liderança pelo PSOL no Rio de Janeiro e encontrado no PSOL um ponto de apoio fundamental no Congresso Nacional, destacando o papel da deputada federal Érika Hilton. E que a primeira mulher indígena a ser candidata à presidência do Brasil, Sônia Guajajara, líder da APIB, tenha concorrido pelo PSOL.

Nosso objetivo, então, é que o ativismo amplo que se identifica conosco queira também levantar a bandeira do PSOL lado a lado em cada processo concreto da luta social. No sentido de construir o PSOL como um partido de massa e ampliar seu enraizamento social, alianças orgânicas do partido com movimentos sociais são necessárias. Não podemos trabalhar apenas com a ideia de um crescimento molecular, filiando uma pessoa após a outra. Pelo contrário, o desafio é reconstruir laços com o movimento de massas tal como ele efetivamente é, com suas contradições e dificuldades, perigos e oportunidades. Por isso, nossa tarefa é fortalecer as alianças com movimentos sociais que já existem e construir novas. Para que cada vez mais no interior do partido se fale sobre o movimento social na primeira pessoa do plural. ■

As lutas sociais e a formação de um novo bloco histórico

Revolução Solidária



“(...) o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas (...)”

Lélia Gonzalez

O mundo do trabalho vive profundas transformações que exigem novas formas de organização coletiva. As ferramentas tradicionais de representação já não respondem adequadamente aos desafios, criando a necessidade urgente de desenvolver novos instrumentos de luta e articulação política. Se nos anos 1980 e 1990 os movimentos sindicais e as lutas urbanas e rurais eram os principais vetores da mobilização popular, o avanço do neoliberalismo – enquanto projeto econômico e horizonte cultural – redefiniu radicalmente as formas de organização política e a própria dinâmica da luta de classes.

Entre 1980 e 2025, o mercado de trabalho brasileiro passou por profundas transformações: na indústria, a participação no PIB caiu de 34% para cerca de 20% e o emprego formal no setor foi de 23% para 12% da força de trabalho, refletindo a desindustrialização e a automação (IBGE/IPEA). O comércio e serviços, que respondiam por 45% do PIB e 40% dos empregos, saltaram para 60% do PIB e 70% da ocupação, porém com crescimento da “informalidade”: 40% em 2024 (IBGE), nas várias formas de trabalho por conta própria, desde os tradicionais “bicos” até o “moderno” empreendedorismo. Já a agricultura reduziu sua participação de 37% para 18% do mercado

de trabalho, marcada pela expansão do agronegócio mecanizado e o declínio relativo da agricultura familiar. O movimento sindical, que organizava mais de 32% dos trabalhadores, viu sua taxa de sindicalização cair para menos de 12% (DIEESE), enquanto novas formas trabalho (plataformas digitais e terceirização) se tornaram dominantes, redefinindo os desafios para a organização da classe trabalhadora no século XXI.

A profissionalização dos movimentos sociais dedicados a causas como direitos das mulheres, igualdade racial, justiça ambiental e direitos dos povos originários, embora tenha trazido avanços significativos, gerou uma contradição organizativa: a crescente institucionalização dessas lutas - conduzidas por ONGs e assessorias do chamado “advocay” – gerou tensões e enfraqueceu seus vínculos orgânicos com os partidos.

O IPEA (2021) revela que apenas 12% das organizações da sociedade civil atuantes nessas frentes mantêm relações formais com partidos. A PNAD Contínua (IBGE, 2022), aponta queda na participação política orgânica: 28% dos ativistas sociais estavam filiados em 2010 e apenas 9% em 2022. O IPEA (2023) demonstra ainda que 67% das ONGs dedicadas às causas progressistas dependem de financiamento internacional ou de editais governamentais, o que pode limitar sua capacidade de ação política autônoma.

Esse cenário cria uma dupla fragilização: os partidos progressistas perderam capacidade de incorporar efetivamente essas demandas sociais, enquanto os movimentos, apesar de seus importantes avanços (como o aumento da representação de mulheres e negros no Congresso de 8% para 24% entre 2010 e 2022), veem suas pautas estruturais frequentemente reduzidas a conquistas fragmentadas, sem transformação em um projeto societário mais amplo. A profissionalização das causas sociais, portanto, trouxe ganhos inegáveis em visibilidade e conquistas pontuais, mas também desafios significativos para a construção de uma unidade política e uma estratégia socialista.

Há uma certa subestimação a necessidade de organização de base e construção política permanente por parte desses setores que, por fim, contribuíram para a difusão de uma corrente de opinião de esquerda difusa, mas sem abrir mão de temas indispensáveis como a luta antirracista, por igualdade de gênero, contra a homofobia e pelos direitos dos povos indígenas e em defesa do meio ambiente que, com o declínio relativo das lutas sindicais e do movimento camponês (como o MST e a CONTAG nos anos 2000), logrou ter uma maior centralidade no campo das esquerdas.

Este processo se intensificou com a erosão das formas tradicionais de organização laboral, impulsionada pelo

desmonte da legislação e das políticas de proteção social, pela hegemonia do capital financeiro e pelo advento de novas formas de trabalho. Essas mudanças criam condições objetivas para o surgimento de novas formas de organização classista, como podemos ver nas recentes articulações coletivas tais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos, o movimento Vida Além do Trabalho e o Comando de Greve dos Entregadores que vem organizando o breque dos apps.

Não obstante, diante deste cenário, o que vemos é que a maior parte do campo progressista foi aos poucos restringindo sua ação à esfera eleitoral - reflexo da dificuldade em responder às novas configurações da luta de classes na contemporaneidade.

A centralidade da luta de classes no território urbano, simbolizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no final dos anos 1990, deve ser compreendido como uma resposta orgânica às profundas transformações estruturais que reconfiguraram o mundo do trabalho e as condições de vida nas cidades brasileiras, em um contexto marcado pela combinação perversa entre precarização laboral, crise habitacional crônica e erosão das formas tradicionais de organização sindical.

Os números oficiais revelam a dimensão desta crise: a taxa de desemprego saltou de 4,8% em 1990 para 13,7% em 2017 (IBGE). A informalidade laboral alcançou 41,1% dos tra-

balhadores urbanos em 2022 (IBGE), demonstrando a intensificação da precariedade nas relações de trabalho. Esta situação foi agravada por uma crise habitacional estrutural, com déficit de 5,876 milhões de moradias em 2021. (Fundação João Pinheiro) enquanto os preços reais de imóveis residenciais experimentaram uma elevação acumulada de 209% entre 2008 e 2021, conforme dados da FGV/Ibre.

Neste cenário, o MTST emergiu como importante ator político, demonstrando capacidade de mobilização massiva - como no ato de 2016 em São Paulo que reuniu aproximadamente 100 mil pessoas. Sua atuação combinou ocupações urbanas - atendendo cerca de 15 mil famílias entre 2017 e 2022 com a defesa de políticas públicas como o programa Minha Casa Minha Vida. As iniciativas do movimento, como as Cozinhas Solidárias, que distribuíram 6,2 milhões de refeições durante o período mais crítico da pandemia (Fiocruz), exemplificam esta nova forma de organização que articula ação concreta e cotidiana no território e formação política. Esta trajetória encontrou expressão eleitoral na performance de Guilherme Boulos, que disputou por duas eleições (2020 e 2024) o 2º turno das eleições em São Paulo, a maior capital do país.

Este fenômeno ocorre em paralelo ao declínio acentuado das formas tradicionais de organização sindical, refletindo tanto as transformações no

mundo do trabalho quanto às limitações do sindicalismo em responder aos novos desafios. Assim, as novas formas de organização popular, no campo e na cidade, emergiram como resposta concreta às transformações estruturais do capitalismo brasileiro, preenchendo parcialmente o vazio deixado pelo declínio das organizações tradicionais do mundo do trabalho.

O golpe parlamentar-midiático contra a presidenta Dilma em 2016 teve como um dos seus objetivos atingir a estrutura sindical e os direitos trabalhistas. Temer e aprovou a Contrarreforma Trabalhista de 2017. O DIEESE mostra que, entre 2017 e 2022, ocorreu uma redução de 34,7% no número de convenções coletivas e de 27,9% nos acordos coletivos, indicando o enfraquecimento da capacidade de negociação dos trabalhadores. Já Bolsonaro, com o Decreto nº 9.759 de 2019, determinou a extinção de 1.246 conselhos e colegiados da administração pública federal, incluindo diversos órgãos relacionados a direitos trabalhistas. O Ministério Público do Trabalho (2021) registrou uma queda de 96,3% nas autuações por irregularidades trabalhistas em comparação com anos anteriores, reflexo da mudança na política de fiscalização.

A resistência a essas medidas se manifestou através de ações como a greve geral de abril de 2017, que mobilizou cerca de 35 milhões de trabalhadores em todo o país. Apesar desses desafios, o MTE registra 11.235

organizações sindicais ativas em 2023, indicando a persistência da estrutura sindical mesmo em contexto adverso. Não ignoramos, portanto, a importância e as energias de luta sindical, mas enfatizamos seus limites, sem abrir mão de suas possibilidades de luta e organizativa da classe.

Por outro lado, são limitados e escassos os instrumentos que temos na relação com os trabalhadores rurais, povos das matas e das florestas, quilombolas, pescadores e marisqueiros. O PSOL, apesar de nossos mandatos e de ocuparmos o Ministério do Povos Indígenas, ainda carece de laços mais orgânicos com este setor tão estratégico à luta de classe no Brasil. Os dados revelam tanto a vitalidade quanto os limites das lutas camponesas e dos povos das florestas e das matas no Brasil contemporâneo. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar – que inclui assentados da reforma agrária, quilombolas, pescadores artesanais e extrativistas – responde por 77% dos estabelecimentos rurais e ocupa 23% da área agrícola, produzindo 70% dos alimentos consumidos no país. No entanto, como demonstra o relatório “Conflitos no Campo” (CPT, 2022), esses trabalhadores enfrentam crescente violência: em 2021, foram registrados 1.768 conflitos por terra e 35 assassinatos em áreas rurais, com as comunidades quilombolas e indígenas sendo particularmente atingidas.

Apesar dessa resistência histórica, os instrumentos organizativos disponíveis mostram-se insuficientes. O número de sindicatos rurais caiu 18% entre 2010 e 2020 (MTE/RAIS), enquanto a taxa de sindicalização no campo não ultrapassa 15% (DIEESE, 2021). A PNAD (IBGE, 2022) mostra que 52% dos trabalhadores rurais estão na informalidade, situação que atinge 78% dos pescadores artesanais e 65% dos extrativistas – dados que evidenciam a precariedade estrutural que dificulta a organização coletiva. Essa realidade exige a criação de novas formas de articulação política que reconheçam a diversidade dos sujeitos do campo (sem-terra, pequenos agricultores, povos tradicionais), desenvolvam estratégias comuns contra o avanço do agronegócio (responsável por 73% do desmatamento ilegal, segundo Map-Biomass 2022) e, por fim, estabeleçam pontes orgânicas com as lutas urbanas, superando o isolamento histórico das demandas rurais.

A construção de **um novo bloco histórico** – a união entre base material e ideologia para sustentar um novo sistema de poder que unifique diferentes grupos sociais sob uma mesma visão de mundo – depende, portanto, da capacidade de transformar a força social desses movimentos – como as 350 mil famílias acampadas esperando reforma agrária (INCRA, 2021) ou os 1,3 milhão de indígenas em terras ameaçadas (FUNAI, 2022) – em poder político efetivo, articulado a um pro-

jeto nacional de transformação social.

A convergência das lutas sociais rumo à construção de um novo bloco histórico capaz de unificar a pequena burguesia radicalizada, os setores médios progressistas e a classe trabalhadora em suas múltiplas expressões – assalariados celetistas e por conta própria, trabalhadores urbanos e rurais – representa um desafio estratégico fundamental. Esse processo exige superar a fragmentação e a individualização atual.

Mas, antes, no entanto, é preciso superar dois equívocos: tanto a visão que menospreza as lutas sociais como “identitárias”, quanto a ilusão de que demandas isoladas – sejam sindicais, por moradia ou contra as opressões – possam, por si só, construir uma alternativa transformadora. O desafio estratégico está em articular essas diversas frentes em um projeto político que, respeitando suas particularidades, as integre em uma perspectiva socialista – único horizonte capaz de converter a pluralidade das lutas em força histórica emancipatória. A construção de um novo bloco histórico surge como tarefa fundamental neste contexto. Embora as lutas fragmentadas do presente não constituam por si só esse bloco, elas apontam caminhos e possibilidades para sua formação.

É essencial incorporar ao programa político as experiências concretas dos movimentos sociais, sem perder de vista as particularidades e buscando

pontos de convergência. As práticas desenvolvidas pelos povos indígenas, quilombolas, movimento de mulheres, Ação Negra, MTST, ocupações urbanas, Cozinhas Solidárias e das articulações pelos direitos dos entregadores e pelo fim da jornada 6 x oferecem aprendizados valiosos que devem ser sistematizados e ampliados.

O momento atual caracteriza-se por uma crise profunda do mundo do trabalho e de suas instituições tradicionais, e não do capitalismo em si. Enquanto o capital soube se reorganizar após a crise de 2008, os trabalhadores viram seus instrumentos de luta se enfraqueceram. Esta assimetria exige a criação de novas formas de organização e resistência que respondam aos desafios do século XXI. É preciso avançar na construção de mecanismos concretos de articulações das ferramentas tradicionais com as novas formas organizativas; nas metodologias de sistematização das experiências dos movimentos sociais; na definição de estratégias de construção de unidade política a partir da diversidade de lutas; e, por fim, na análise das novas configurações do capitalismo e suas implicações para a organização dos trabalhadores.

A construção de um novo bloco histórico capaz de unificar as diversas lutas sociais – urbanas e rurais, sindicais e dos movimentos por direitos específicos – exige superar tanto a fragmentação quanto a subordinação mecânica das pautas a projetos

pré-definidos. O desafio estratégico está em articular, a partir das experiências concretas dos movimentos, um projeto socialista de uma democracia popular que converta a pluralidade das resistências em força política transformadora, combinando novas formas de organização com as estruturas tradicionais da classe trabalhadora, sem ilusões institucionais nem voluntarismos, com planejamento, disciplina e leitura crítica da correlação de forças social e política e por ampliar nossa capacidade de disputa de valores e ideias, combinando radicalidade programática e enraizamento popular.

Por fim, vivemos um tempo de profundas transformações no mundo do trabalho, que deslocou o epicentro das lutas do chão de fábrica para os territórios periféricos e o ambiente digital. As identidades de classe, outrora forjadas na relação formal com a fábrica e no sindicato, hoje se constroem a partir de visões de mundo, da revolta contra as insalubridades do trabalho e da conexão em comunidades virtuais. Isso exige da esquerda a renovação urgente de sua linguagem, estética e ferramentas de organização.

A ascensão da extrema-direita como ator de massas evidenciou a eficácia de uma disputa ideológica que soube nomear inimigos, canalizar ressentimentos e oferecer uma identidade clara em oposição a um “eles” demonizado. Enquanto isso, as redes sociais consolidaram-se como arena central dessa

batalha, onde algoritmos fortalecem bolhas e narrativas são construídas e destruídas em minutos. As novas lutas, portanto, são travadas tanto nas ruas quanto nas redes, com formas, símbolos e estratégias que refletem esse novo espírito de época, exigindo uma presença ágil e conectada.

A crise dos partidos e sindicatos é palpável. As novas demandas civilizatórias e a organização popular frequentemente fluem à margem dessas estruturas, valorizando a autonomia. No entanto, o sucesso de qualquer luta social ainda depende da transformação de suas demandas em um projeto político global, o que abre uma janela de oportunidade para um partido que se faça ferramenta útil de acolhimento, solidariedade e tradução institucional dessas pautas, sem pretender comandá-las.

Em meio ao sentimento de crise generalizada da política, o que temos é uma crise do mundo do trabalho tradicional; e de suas instituições, agudizada pela reestruturação bem-sucedida do capital após 2008. Esta ofensiva capitalista, no entanto, gerou como contrapartida uma crise de hegemonia mais ampla, na qual a extrema-direita soube se inserir. Assim, a crise é ao mesmo tempo setorial (dos instrumentos da classe) e societal (de projeto político), e superá-la exigirá reconstruir o poder popular a partir das novas trincheiras, conver-

tendo a resistência dispersa em um novo bloco histórico socialista.

Diante desse contexto, a crise dos instrumentos tradicionais – partidos e sindicatos – é palpável. As novas demandas civilizatórias e a organização popular frequentemente fluem à margem dessas estruturas, valorizando a autonomia. No entanto, o sucesso de qualquer luta social ainda depende da transformação de suas demandas em política pública, o que abre uma janela de oportunidade para um partido que se faça ferramenta útil de acolhimento, solidariedade e tradução institucional dessas pautas, sem pretender comandá-las.

Embora a percepção imediata aponte para uma crise generalizada da política, é preciso reconhecer que se trata, fundamentalmente, de uma crise específica do mundo do trabalho e de suas instituições, agudizada pela reestruturação bem-sucedida do capital após 2008. Esta ofensiva capitalista, no entanto, gerou como contrapartida uma crise de hegemonia mais ampla, na qual a extrema direita soube se inserir. Assim, a crise é ao mesmo tempo setorial (dos instrumentos da classe) e societária (de projeto político), e superá-la exigirá reconstruir o poder popular a partir das novas trincheiras, convertendo a resistência dispersa em um novo bloco histórico capaz de desafiar o capital reorganizado. ■



Lutas sociais do nosso tempo: uma estratégia popular, democrática e rumo ao ecossocialismo

Alicerce, APS, Centelhas,
LSR, Insurgência Reconstrução
Democrática e Rebelião
Ecosocialista



Vivemos uma crise de civilização em escala global, resultado de um modelo de reprodução capitalista que está exaurindo de forma acelerada as condições para a vida humana no planeta terra e lançando bilhões de trabalhadores e trabalhadoras em piores condições de vida e trabalho.

Essa crise é atravessada por um processo acelerado de inovação tecnológica, que tem sido capturado pelo Capital como instrumento de dominação, exploração e vigilância. É urgente que toda a capacidade de criação seja orientada para reorganizar a produção de forma que respeite os ciclos da natureza e amplie a participação das maiorias sociais nas de-

cisões econômicas que impactarão o conjunto da humanidade.

Uma reorientação dos objetivos e controle das novas fronteiras tecnológicas é estratégia central para a sobrevivência da humanidade na terra e para propiciar condições dignas a todos e todas. Para que uma transformação tão profunda seja possível, é necessária uma ação consciente e articulada de todos os setores sociais hoje atingidos pela lógica do lucro e com potencial de transformar a sociedade em direção a uma forma social totalmente distinta.

O horizonte das nossas lutas deve ser a construção de uma sociedade que seja organizada a partir de um planejamento social, ecológico e ra-

dicalmente democrático. Afinal, “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.”.

A compreensão de que nossa disputa é em torno de todo um conjunto do modo de vida nos leva também a atualizar a compreensão das contradições que o capital desenvolve e dos sujeitos que as enfrentam, que são, nos dois casos, múltiplos.

O movimento socialista, na sua origem, identificou o proletário - em especial o operário fabril - como sujeito universal, ou seja, aquele que potencialmente pode desencadear uma perspectiva revolucionária, já que o proletariado não pode emancipar-se a si mesmo e coletivamente sem revolucionar as condições que organizam o regime capitalista e que o exploram e oprimem.

Uma série de características torna seu potencial revolucionário, especialmente explosivo: deles a sociedade depende para a produção de riquezas. Além disso, os trabalhadores concentrados no território e em número crescente eram capazes de travar o sistema econômico, sem ter nada a perder a não ser os grilhões. Esse setor tem, por seu lugar e pelas contradições que vive, o potencial da crítica e da ação prática desmanteladora do sistema.

No entanto, essa compreensão foi objeto de uma análise redutora sobre os sujeitos capazes de mudar os rumos da história e do próprio processo de avanço do capital. Para certo marxis-

mo, eram somente os operários industriais. Uma leitura que não considerava todo o trabalho no cuidado e da reprodução social da própria classe e mesmo as hierarquias construídas com base no racismo, bem como a diversidade no seio desta, o que implica uma série de experiências particulares.

É correta a centralidade do trabalho para entender e atuar na nossa sociedade, organizada, ainda hoje, a partir da divisão entre quem controla e quem é aliado dos meios de produção. Não podemos esquecer que cada forma de trabalho implica também transformações na cultura, nas cidades, na relação com os bens naturais etc. E é central considerar a diversidade que compõe nossa classe e as questões que isso envolve, seja de gênero, raça, etnia, orientação sexual, entre outras. Não há, para nós, oposição entre opressão e exploração. Especialmente no Brasil, em que a classe trabalhadora é, em sua maioria, feminina e negra. Nossa estratégia popular, democrática e rumo ao ecossocialismo parte, assim, da compreensão da diversidade de problemáticas dos sujeitos e das lutas sociais.

Ainda que, na origem do movimento socialista, as questões étnicas e nacionais já estivessem colocadas, nos países periféricos se fez ainda mais necessário que se tornassem estruturais. Vale lembrar, sobre isso, a proposição de Mariátegui em torno de um socialismo andino, bem como a importância das lutas camponesas.

Na verdade, toda nossa história de lutas e revoluções expressa exatamente essa diversidade, real e potente.

O contrário disso favorece o capital. Por exemplo, atribuir exclusivamente às mulheres o dever de cuidar dos outros permite que o capital se beneficie da reprodução social barata e se isente do financiamento de serviços públicos. A desigualdade salarial afeta em especial às mulheres, com uma participação de apenas 35% da renda do trabalho. Os idosos e as crianças deixam de ter direito a políticas públicas. O racismo e a histórica exclusão da população negra da educação e dos melhores empregos potencializa a superexploração do trabalho no Brasil.

Como modo de vida, o capitalismo engendra também relações sociais que, de tão profundas, também precisam ser superadas para a auto-emanipação. O capitalismo refuncionalizou o patriarcado e fez das mulheres alvos de ataque da violência sexista – feminicídios, estupros, assédio sexual, tráfico sexual e de mão de obra – até as restrições aos direitos à alimentação, à educação, ao respeito e ao controle do próprio corpo.

As pessoas LGBTQI+, especialmente as transgêneros, são alvo de uma ofensiva reacionária global que exacerbou sua precariedade e discriminação, compromete seu acesso à saúde e, conseqüentemente, à sobrevivência. As pessoas com deficiência são descartadas pelo capital porque são

vistas como não produtivas no processo de obter lucro.

Os povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, pescadores, marisqueiras e tantos grupos mais, têm seus modos de vida atacados pelo avanço do capital, seja desde o processo de colonização no Brasil, quando sua exploração viabilizou as bases do sistema, e ainda hoje. São esses setores que enfrentam o agro-negócio, as mineradoras e outros setores destruidores.

A própria classe trabalhadora passa, hoje, por transformações que, se a distanciam da imagem do operário fabril, na verdade atualiza as condições de opressão e exploração identificadas por Marx e pelo movimento socialista ao longo do tempo. Se a classe sempre foi diversa, com a globalização neoliberal a ela se complexificou ainda mais, sobretudo com a entrada das plataformas digitais nas relações entre capital/trabalho. São novos agentes e relações que fragilizam conquistas históricas da classe trabalhadora, como o reconhecimento do vínculo trabalhista e os direitos arrancados pelas lutas. São novas formas de precarização que avançam inclusive em relação aos setores da chamada classe média, resultado de uma complexificação do sistema e de sua expansão, que ampliou acesso de setores da classe ao mercado de bens de consumo.

Com a financeirização das relações para setores da classe, parte de sua

renda e do direito à aposentadoria passa a ser atrelada a ganhos financeiros. Com a pejetização, o trabalhador, além de precarizado, em muitas situações também está na posição de “patrão” de outro/a trabalhador/a. Isso posto, ocorre forte pressão social para a acomodação e a naturalização da mais selvagem competição, o que resultou em uma derrota ideológica que afetou bastante o “fator subjetivo” de organização da classe. Tudo isso é aprofundado nas condições da platformização do trabalho.

Por outro lado, a dinâmica atual de precarização gerou novos setores da classe que podem ter muito mais disposição para mudar a ordem das coisas, pois passam a ser aqueles/as que “não têm nada a perder”.

No entanto, tem sido enorme o desafio da esquerda socialista no diálogo com esses setores, em especial na enorme tensão entre disputas eleitorais vitaminadas por fundos milionários e uma população fragilizada, em que esses recursos acabam pautando até mesmo as disputas partidárias.

Lutas sociais no Brasil: atravessar o fio da navalha

Há projetos populares importantes na educação, cultura, esporte ou até mesmo iniciativas de solidariedade comunitária que devem ser apoiadas, das mais diversas formas, pelo PSOL, mas resguardando a autonomia dessas iniciativas, impedindo que se vincule

o acesso à direitos com a participação em espaços de decisão partidários.

Há ainda lutas importantes, contra o genocídio da juventude negra, como a organização das mães vítimas da violência do estado, o movimento antiproibicionista e diversas articulações de Direitos Humanos, com que o PSOL construiu nas últimas décadas relações cotidianas de construção.

Desde maio de 1968, a juventude se colocou em diversos momentos do planeta como protagonistas da história. Em momento de crise climática, não é diferente. As novas gerações têm a expectativa de uma vida pior do que a geração anterior e mesmo a ideia de futuro se mostra ameaçada pela catástrofe ambiental das condições de trabalho e consequente deterioração da saúde mental.

Parte desse protagonismo juvenil se dá na luta pela educação, onde a história recente tem mostrado o melhor espaço para começar a reconstrução de um movimento sindical não burocratizado, democrático e combativo. Que precisa chegar ainda ao proletariado industrial, que segue com importância, como sujeitos(as) em núcleos centrais da economia como as fábricas.

As Cidades se tornaram também esse espaço de encontro e terreno de disputa pelo uso do espaço para a cultura, o esporte e o meio ambiente contra a especulação imobiliária. Nesse espaço a maioria da classe trabalhadora vive em habitações precárias, o que coloca

para o PSOL a necessidade de organizar um novo movimento popular por reforma urbana de caráter popular. .

As relações neoliberais chegaram também ao campo incorporando agricultores familiares e comunidades tradicionais em contratos com grandes conglomerados. E gerando uma nova fronteira de disputa pela posse dos territórios e suas riquezas.

Os movimentos indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais passam por embates com o Estado e o Capital para garantir a soberania popular sobre seus territórios. Nos territórios tradicionais se vive uma outra forma de vida não submissa à lógica da mercantilização, que quer se impor no acesso à água, minérios e solo.

Uma ruptura radical com a ideologia de dominação humana dos seres humanos e da natureza é essencial para o desenvolvimento de uma cultura ecológica de “cuidado” com as pessoas e com o meio ambiente. A defesa da biodiversidade, em particular, não pode se basear apenas na razão (o interesse humano devidamente entendido): ela requer igualmente empatia, respeito, prudência e o tipo de concepção global que os povos andinos resumem na expressão “amor à Pacha Mama” (à mãe-terra).

O ecossocialismo se tornou eixo estratégico para a articulação das lutas do nosso tempo, incorporando lutas em torno dos modos de vida, lutas econômicas, lutas culturais, lutas democráticas e lutas políticas.

Na prática, a convergência ecosocial das lutas implica, acima de tudo, que os setores mais conscientes das ameaças ecológicas se dirijam aos setores mais conscientes das ameaças sociais, e vice-versa, a fim de superar juntos a falsa oposição capitalista entre o social e o ecológico. Nessa abordagem, a defesa de um ecossindicalismo que seja ao mesmo tempo luta de classes e antiprodutivista desempenha um papel essencial, com base nas preocupações concretas dos trabalhadores com a preservação de sua saúde e segurança no trabalho e no papel deles como denunciadores dos danos aos ecossistemas e dos perigos de sua produção, que eles estão em melhor posição para desempenhar.

Em síntese, uma formulação que reconhece que a classe não é homogênea e que as muitas contradições que o capital gera em diversas instâncias da vida social amplia o potencial transformador de diversos setores.

O liberalismo tenta desarmar esses movimentos, apostando na fragmentação dessas lutas, no individualismo performático, na cooptação pela visibilidade maior que a elite econômica pode prover ou no sectarismo autoproclamatório, como se uma luta se sobrepusesse à outra.

A esquerda socialista apresenta essa luta de forma interseccional, sem hierarquia, em que as lutas se complementam e ganham vulto, também a partir de contextos locais

ou temporais. Que está casada com a ideia de torna-se classe em si.

A classe se define por sua agência histórica. Essas pessoas tornam-se conscientes dos seus interesses comuns e desenvolvem formas apropriadas de organização e ação comuns. Por isso, só é possível os fundamentos econômicos numa luta político-social e não apenas econômica.

Um partido para fortalecer as lutas

A centralidade do PSOL na construção de pontes e alianças entre essa miríade de movimentos, em se tornar espaço de reflexão das lutas para que as lutas se transformem em aprendizados e contribuir na formação política de uma coluna de lideranças sociais.

Ao mobilizar agendas de solidariedade internacional -como a solidariedade ao povo palestino - e lutas democráticas contra a extrema direita - como a responsabilização dos envolvidos no golpe fracassado de 2022, o partido se apresenta ele mesmo como partido movimento.

Nossos mandatos cumprem o papel de dar voz à essas lutas, ao mesmo tempo que agrega reflexões políticas junto aos movimentos, como parte do fortalecimento da luta social.

Mas precisamos atuar de forma vigilante contra as pressões para a burocratização que acomodam esses instrumentos em torno de objetivos eleitorais.

O PSOL se desafiou a uma atitude responsável nessa conjuntura, dar apoio ao Governo Lula frente aos ataques da extrema direita e do trumpismo, ao mesmo tempo que precisa manter sua independência, para fazer os contrapontos necessários, em especial na política econômica - que segue priorizando os setores primários exportadores e rentistas - e nos limites da política ambiental (em especial o risco de exploração da Foz do Rio Amazonas). Somente um partido fora da “disciplina de governo” pode liderar lutas combativas e consequentes.

Da mesma forma, precisamos estender essa autonomia ao conjunto de movimentos sociais e precisa ser esse o perfil de uma frente única de lutas.

Hoje nenhuma das frentes existentes, se coloca a altura de recompor um novo bloco histórico. Já que nenhuma delas tem vida orgânica e instâncias de decisão coletiva.

Em tempos em que os sindicatos reduziram sua relevância política e a esquerda está fragmentada, é importante a cooperação prática não sectária, especialmente entre a esquerda anticapitalista, e ao mesmo tempo apoiar os trabalhadores em sua auto-organização.

Reconstruir os instrumentos de organização da classe, formar uma nova geração de lideranças é tarefa histórica do PSOL!

Nosso objetivo, então, é que o ativismo amplo que se identifica conosco queira também levantar

a bandeira do PSOL lado a lado em cada processo concreto da luta social. No sentido de construir o PSOL como um partido de massa e ampliar seu enraizamento social, alianças orgânicas do partido com movimentos sociais são necessárias. Não podemos trabalhar apenas com a ideia de um crescimento molecular, filiando uma pessoa após a outra. Pelo contrário, o

desafio é reconstruir laços com o movimento de massas tal como ele efetivamente é, com suas contradições e dificuldades, perigos e oportunidades. Por isso, nossa tarefa é fortalecer as alianças com movimentos sociais que já existem e construir novas. Para que cada vez mais no interior do partido se fale sobre o movimento social na primeira pessoa do plural. ■





Cadernos de debate

Dando continuidade ao processo de renovação programática que marca os 20 anos da legalização do PSOL, a FLCMF lança o 4º caderno de debates, sobre o eixo 4, **Lutas Sociais e Políticas do Nosso Tempo**, com textos que refletem a diversidade de elaborações e ideias e que são a força do nosso partido.

